



EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP TEN/2015 – PROVA II

EAP 1º TEN QOC

(Edital nº 04, de 12 de maio de 2015).

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ **SALA:** _____

DATA: 11/07/2015

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Prova sem consulta.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
5. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 180 (cento e oitenta) minutos incluindo o preenchimento da folha de respostas.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares e o porte de arma de fogo.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, somente após transcorridos o tempo mínimo de 01:00 (uma hora), e devidamente acompanhados por fiscal do exame.
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas da prova objetiva e caderno de prova, devidamente preenchidos, assinados e conferidos.

01ª QUESTÃO - Nos termos do Decreto-lei n.º 1.001/69 (Código Penal Militar), marque a alternativa CORRETA.

- A. () O crime de incitamento da lei penal militar se exaure quando o civil ou militar, nos termos do art. 9º, incita, publicamente, a prática de crime comum ou militar.
- B. () O militar, ao não se identificar ao sentinela do portão das armas do quartel, desobedecendo-lhe a ordem de parada, comete o crime de desobediência previsto no art. 301.
- C. () O militar que deixa de desempenhar uma missão que lhe foi dada por seu Comandante, pode ser indiciado por cometimento de crime definido no título que versa sobre os crimes contra o serviço militar e o dever militar.
- D. () O crime de organização de grupo para a prática de violência caracteriza-se quando três ou mais militares se reúnem, com armamento bélico, de propriedade militar, praticando violência à pessoa ou à coisa pública ou particular em local sujeito ou não à administração militar.

02ª QUESTÃO - Em relação às penas previstas no Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA:

- A. () O oficial condenado a uma pena de detenção de 03 (três) anos, terá a pena convertida em prisão e, cumprida, em recinto de estabelecimento militar.
- B. () A pena de reforma, sujeita o condenado à situação de inatividade, não podendo perceber mais de um vinte e cinco avos do soldo, por ano de serviço prestado à Instituição Militar.
- C. () A pena de impedimento consiste na agregação do militar, pelo tempo fixado na sentença, sem prejuízo do seu regular comparecimento à sede do serviço.
- D. () A pena de morte será executada por fuzilamento, não podendo ser executada, sem que seja comunicada, após trânsito em julgado, ao Presidente da República, senão depois de cinco dias da comunicação à autoridade.

03ª QUESTÃO - Nos termos do Decreto-lei n.º 1.002/69 (Código de Processo Penal Militar), marque a alternativa CORRETA:

- A. () O Comandante da Unidade entendendo pela inexistência de crime ou inimputabilidade do indiciado, no ato da solução do inquérito policial militar deverá encaminhar os autos para a Corregedoria da Polícia Militar para fins de análise e arquivamento.
- B. () O inquérito policial militar não poderá ser dispensado pelo Ministério Público, mesmo quando o fato e a sua autoria já estiverem esclarecidas por documentos ou outras provas materiais.

- C. () Somente a vítima ou o comandante do militar, poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, para fins previstos ao direito de representação.
- D. () O encarregado do IPM poderá solicitar ao Procurador Geral de Justiça do Ministério Público, a assistência de um promotor de justiça, nos casos de apuração de delito de difícil elucidação.

04ª QUESTÃO - Em relação ao Código Penal Militar e ao Código de Processo Penal Militar, analise as afirmativas abaixo.

- I - No caso de novas provas aparecem, mesmo tendo sido o inquérito policial arquivado pela justiça militar, novo inquérito não poderá ser instaurado em hipótese alguma.
- II - Aplica-se, em regra no Código Penal Militar, o princípio da extraterritorialidade para a aplicação da lei penal militar.
- III - Nos termos da Lei Penal Militar, o militar que exerce função, a qual exerça autoridade sobre outro de igual posto ou graduação, é considerado superior.
- IV - Conforme previsto no Código de Processo Penal Militar, na execução da sentença no âmbito da Justiça Militar Estadual, deverá observar as normas processuais nele definidos.

São INCORRETAS as assertivas:

- A. () I e IV, apenas.
- B. () I, III e IV, apenas.
- C. () II e III, apenas.
- D. () Todas estão incorretas.

05ª QUESTÃO - Nas assertivas abaixo, marque 'V' se for verdadeira ou 'F' se for falsa, nos termos da Lei 5.301/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA.

- () Para o Quadro de Oficiais Complementares somente poderão concorrer ao respectivo concurso os subtenentes, os 1º Sargentos e os 2º Sargentos do quadro de Praças da PM, que tenham, no mínimo, quinze anos e, no máximo, vinte e quatro anos de efetivo serviço até a data da matrícula.
- () Para o ingresso no Quadro de Oficiais Capelães das IMEs é exigida o curso de teologia, na área do conhecimento compatível com a função de assistência religiosa a ser exercida.
- () Nos casos de nomeação coletiva, a antiguidade será regulada apenas pela ordem de classificação obtida no concurso e pela data de nascimento.
- () Os militares que ingressarem no Quadro de Oficiais Capelães (QO-CPL) poderão ser promovidos na ativa somente até o posto de capitão.

- A. () F, V, V, V.
- B. () V, F, V, F.

- C. () V, F, F, V.
D. () V, V, F, V.

06ª QUESTÃO - Nos termos do Código de Ética dos Militares, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A prestação de serviço consiste na atribuição ao militar de tarefa, preferencialmente de natureza operacional, fora de sua jornada habitual, correspondente a um turno de serviço semanal, que não exceda a seis horas, sem remuneração extra.
- B. () A reforma disciplinar compulsória consiste em uma medida excepcional, de conveniência da administração, que culmina no afastamento do militar, de ofício, do serviço ativo da Corporação, pelo reiterado cometimento de faltas ou pela sua gravidade, quando contar pelo menos quinze anos de efetivo serviço, não podendo perceber mais de um vinte e cinco avos da remuneração básica por ano de serviço.
- C. () O julgamento da transgressão será precedido de análise que considere: os antecedentes do transgressor; as causas que a determinaram; a natureza dos fatos ou dos atos que a envolveram e as consequências que dela possam advir.
- D. () A suspensão consiste no licenciamento compulsório ou na disponibilidade do sancionado, sem prejuízo do seu comparecimento regular à sede do serviço, não podendo exceder a dez dias.

07ª QUESTÃO - Em relação às recompensas previstas no Decreto 42.843/02, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Uma das causas de submissão do militar, com menos de três anos de efetivo serviço, é quando ele vier a cometer nova falta disciplinar grave, se classificado no conceito “C”.
- B. () Fica impedido de atuar na Comissão de Processo Administrativo-Disciplinar – CPAD, o militar que tenha particular interesse na decisão da causa.
- C. () O Oficial pertencente ao Quadro de Oficiais Complementar (QOC-PM) não poderá presidir uma Comissão de Processo Administrativo-Disciplinar.
- D. () Havendo arguição de impedimento ou suspeição de membro da CPAD, a situação será resolvida pela autoridade convocante, sendo que a arguição de impedimento pode ser feita até o término da primeira reunião e a suspeição, a qualquer tempo.

08ª QUESTÃO - O Conselho de Ética e Disciplina dos Militares da Unidade (CEDMU) é regulamentado pelo Decreto 42.843/02. Com base no decreto em análise e, na Lei 14.310/02, nas assertivas abaixo, marque 'V' se for verdadeira ou 'F' se for falsa. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA.

- () Para a concessão de uma nota meritória em decorrência da atividade administrativa, um dos requisitos dispostos no decreto é a inovação, criação ou execução de atividade com extremo grau de dificuldade e complexidade, que tenha exigido uma dedicação além do normal, culminando na obtenção de pleno sucesso.
- () Para recebimento de nota meritória o militar deverá ter destacada atuação, com relevantes benefícios para a comunidade na atividade-fim, ou para Unidade, na atividade administrativa.
- () Caberá ao Conselho de Ética da Unidade - CEDMU a emissão do atestado de mérito, que deverá certificar ao militar a prestação de bons e leais serviços à Corporação, bem como a atuação em atividades relevantes na Unidade.
- () Para os fins previstos na dispensa de serviço, o militar deverá ajustar com o seu chefe direto o período da dispensa, sendo esta concedida por dias de vinte e quatro horas, tendo como início do período de gozo as 00h00min do dia ajustado.

- A. () F, V, F, F.
- B. () F, V, V, F.
- C. () V, F, V, V.
- D. () V, V, F, V.

09ª QUESTÃO - O Decreto 46.297/13 contém o Regulamento de Promoção de Oficiais das Instituições Militares Estaduais. Dentre as alternativas abaixo, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () As promoções por ato de bravura, por necessidade do serviço, por incapacidade física, *post - mortem*, trintenária e por invalidez poderão ocorrer, a qualquer tempo, a partir do cumprimento das condições previstas para esses fins.
- B. () A promoção por ato de bravura decorre da ação praticada pelo Oficial, de maneira consciente e voluntária, com evidente risco à vida e da qual não se tenha beneficiado o agente ou pessoa de seu parentesco até 2º (segundo) grau, cujo mérito transcenda em valor, audácia e coragem a quaisquer considerações de natureza negativa, porventura, cometidas, sendo concedida a partir da data do evento.
- C. () O Oficial que tenha sofrido, no cumprimento de suas funções e no exercício de atividade policial-militar ou bombeiro-militar, lesões que o tornem inválido permanentemente, será promovido por invalidez, independentemente de vaga e data própria.

- D. () O Oficial que falecer em virtude de acidente no serviço ou em consequência do desempenho de atividade policial-militar ou bombeiro-militar poderá ser promovido ao posto imediato, mediante proposta da CPO.

10ª QUESTÃO - Acerca das disposições constantes no Decreto 46.297/13, que regulamenta a promoção de oficiais no âmbito das IMEs, analise as afirmativas abaixo.

- I - O Oficial da ativa, ao completar trinta anos de serviço, quando de sua transferência para a reserva, será promovido ao posto imediato, se contar, pelo menos, um ano de serviço no posto e vinte anos de serviço na instituição militar estadual.
- II - Aos Oficiais dispensados definitivamente, pela JCS, de atividade incluída no conjunto de serviços de natureza policial ou bombeiro-militar e que mantenham capacidade laborativa residual serão asseguradas condições especiais para treinamentos ou cursos, para efeito de promoção dentro do respectivo quadro.
- III - A militar poderá requerer sua transferência para a reserva remunerada aos vinte e cinco anos de serviço, com proventos integrais, vedada a contagem de qualquer tempo fictício não prevista no EMEMG, sendo promovida ao posto imediato, se tiver, no mínimo, dois anos de efetivo serviço no posto.
- IV - O Oficial punido em decorrência de sua submissão a processo administrativo-disciplinar de natureza demissionária pela prática de ato que afete a honra pessoal ou o decoro da classe será considerado possuidor do requisito de idoneidade moral, dois anos após o término do cumprimento da sanção disciplinar.

São CORRETAS as assertivas:

- A. () I, II e IV, apenas.
- B. () II e IV, apenas.
- C. () II e III, apenas.
- D. () Todas estão corretas.

11ª QUESTÃO - Em relação à Resolução 4.085/10, que dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () O colete à prova de balas poderá ser adquirido diretamente de fábricas, de comércios civis regulares e de particulares, em níveis de proteção permitidos pelo EB, após devidamente autorizado.
- B. () A quantidade de munição, por arma registrada, que cada militar poderá adquirir para fins de aprimoramento e qualificação técnica, exclusivamente na indústria, é de até 600 (seiscentas) unidades por ano.

- C. () A pessoa admitida na Polícia Militar, proprietária de arma de fogo em situação regular, deverá, no prazo de 03 (três) meses da data da admissão, por intermédio da Unidade responsável pela realização do respectivo curso de formação, adaptação ou similar, cadastrar a arma no SAAM/PM e no SIGMA, com a devida publicação em BIR.
- D. () O militar que, na condição de legatário ou herdeiro, receber arma de fogo em situação regular, comunicará o fato por escrito à sua Unidade, fazendo as devidas provas, para que se lance no SAAM/PM e se providencie a regularização da propriedade junto ao SIGMA e, estando a arma de fogo em situação irregular, ela deverá ser regularizada nos órgãos competentes.

12ª QUESTÃO - A Resolução conjunta 4.220/12 estabelece no âmbito das IMEs o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA). Um dos procedimentos administrativos previstos no MAPPA é o Relatório de Investigação Preliminar (RIP). Em relação ao RIP, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Restando indícios da prática de infração penal comum, o RIP deverá ser encaminhado ao Ministério Público, caso o fato não tenha sido registrado em Boletim de Ocorrência ou não se encontre a cargo da autoridade policial competente, e sua cópia deverá subsidiar instauração de processo disciplinar por transgressão residual, nos termos do MAPPA.
- B. () Será dispensado o RIP para a transgressão disciplinar residual ao Auto de Prisão em Flagrante (APF), considerando que os indícios acerca da sua existência já se encontram nos autos da investigação, devendo-se, contudo, instaurar o RIP de forma obrigatória para verificar falta transgressional no Inquérito Policial Militar (IPM), Inquérito Policial (IP) ou processo judicial.
- C. () A autoridade militar que mandar instaurar o RIP deverá, necessariamente, deter poder hierárquico sobre o militar envolvido.
- D. () Quando a documentação que comunicar a prática de desvio de conduta de militar vier instruída com provas que demonstrem a efetiva existência do fato e sua autoria, com prévia causa de justificação, deve a autoridade, com a finalidade de resguardar a Administração Pública, determinar a instauração do RIP ou qualquer outro processo ou procedimento regular.

13ª QUESTÃO - Em relação à Resolução conjunta 4.220/12, a qual dispõe sobre o MAPPA, analise as afirmativas abaixo.

- I - Se o processo possuir mais de um sindicado/acusado, estes serão interrogados separadamente, de preferência, no mesmo dia, podendo estar presente o defensor de sindicado/acusado diverso, e o respectivo sindicado/acusado. Haverá necessidade de notificações a todos os sindicatos/acusados e/ou defensores para todos os interrogatórios.

- II - No caso de PAD, o acusado e o seu defensor serão notificados com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, exceto quando já tiverem sido intimados na reunião anterior, observado o interstício mínimo de 48 (quarenta e oito) horas entre o término de uma reunião e a abertura de outra.
- III - O reclamante/vítima deverá ser alertado sobre a necessidade de falar somente a verdade do que souber ou lhe for perguntado, contudo poderá fazer qualquer tipo de declaração, sem incorrer em eventual prática de infração penal por denúncia caluniosa ou outro delito.
- IV - Poderá o sindicado/acusado/defensor contraditar a testemunha no todo ou em parte, bem como requerer ao responsável pelo ato que a testemunha inquirida esclareça ou torne mais precisa qualquer informação, não podendo reperguntá-lo desnecessariamente, procrastinando o procedimento. As perguntas do sindicado/acusado/defensor deverão ser feitas diretamente à testemunha pelas partes.

São INCORRETAS as assertivas:

- A. () Todas estão incorretas.
- B. () I, II e IV, apenas.
- C. () II e III, apenas.
- D. () III e IV, apenas.

14ª QUESTÃO - No que se refere ao MAPPA, previsto na Resolução Conjunta 4.220/12, relacione a segunda coluna de acordo com a primeira.

- 1. PAD () O procedimento deverá ser concluído em até 15 (quinze) dias corridos e, em situações em que restar demonstrada a necessidade de dilação do prazo, poderá haver a sua prorrogação por mais 10 (dez) dias corridos.
- 2. SAD () O prazo regulamentar para elaboração é de 30 (trinta) dias corridos, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) dias corridos em casos de necessidade, pela autoridade militar delegante, quando tempestivo e devidamente motivado pelo sindicante.
- 3. RIP () O prazo regulamentar para elaboração do PAD é de 40 (quarenta) dias corridos, podendo ser prorrogado por até 20 (vinte) dias corridos em casos de necessidade, pela autoridade militar convocante, quando tempestiva e devidamente motivada.
- 4. PADS () O prazo para a conclusão será de 20 (vinte) dias corridos, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias corridos.

Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA:

- A. () 3, 1, 4, 2.
- B. () 3, 2, 1, 4.
- C. () 2, 3, 1, 4.
- D. () 3, 4, 1, 2.

15ª QUESTÃO - A Resolução conjunta 4.338/14 dispõe sobre os parâmetros para a declaração de ação legítima de militares estaduais em conformidade com o § 4º (*As restrições previstas no inciso IX não se aplicam a militar quando decorrentes de ação militar legítima, verificada em inquérito ou auto de prisão em flagrante*) do art. 203 da Lei 5.301/69 (EMEMG). Com base na referida resolução, marque a alternativa CORRETA.

- A. () No IPM/APF instaurado para investigação de fatos envolvendo militares de Unidades distintas, competirá ao Corregedor ao final da investigação, manifestar-se acerca da legitimidade da ação de todos os militares investigados.
- B. () No concurso de agentes, a declaração da legitimidade da ação deverá ser feita observando-se o caso concreto e individualmente para cada agente, pois a ação dos militares poderá ter sido legítima para uns e ilegítima para outros.
- C. () A competência para declarar a ação legítima é exclusivamente da Autoridade Militar que detém o poder disciplinar sobre o transgressor, nos termos do art. 8º do CPPM.
- D. () Havendo instauração de processo ou procedimento administrativo para se apurar transgressão residual a crimes que se enquadram na alínea “a” do inciso IX do art. 203 do EMEMG, o encarregado não deverá constar no relatório a devida manifestação quanto à legitimidade ou não da ação, haja vista que foi feita na solução do IPM.

16ª QUESTÃO - Em relação à Resolução 4.320/14, que regulamenta o acesso às informações no âmbito da Polícia Militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Caso a informação esteja disponível ao solicitante em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, a Unidade deverá providenciar a cópia integral da informação solicitada.
- B. () O acesso à informação é absoluto e integral, compreendendo as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos.
- C. () A solicitação para acesso à informação é um procedimento formalizado que assegura o anonimato do solicitante mediante atendimento presencial ou eletrônico.
- D. () Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta a cópia ou arquivo digitalizado, com certificação de que esta confere com o original, de forma a não danificar a documentação.

17ª QUESTÃO - Acerca das Instruções Conjuntas de Corregedorias nº 01 (estabelece padronização sobre atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e CBMMG), 02 (atividades de polícia judiciária militar...), 03 (...alcance do disposto nos artigos 174 e 175, caput, do MAPPA) e 04 (... nova redação ao art. 54 da ICCPM/BM 01/2014, no que tange às obrigações do detentor de armários cedidos pela Administração Militar) - (ICCPM/BM), todas de 2014, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Conforme disposto na ICCPM/BM 03/14, a concessão de licença saúde ao militar acusado não conduz, necessariamente, à paralisação do respectivo processo disciplinar, tendo em vista que não constitui em causa legal de suspensão da prescrição da pretensão punitiva.
- B. () A ICCPM/BM 02 dispõe que, sendo certa a autoria colateral, haverá a prisão em flagrante, por crime consumado, do responsável pela prática da infração penal militar e, por delito tentado, daquele que não conseguiu consumir o crime penal militar. Se incerta, haverá a prisão em flagrante de ambos por crime tentado.
- C. () O flagrante eficiente, previsto na lei processual comum, por meio do qual as pessoas são inquiridas separadamente em termos próprios e destacados entre si, compondo, ao final, um todo de natureza modular unido pelo auto de prisão em flagrante delito, não deve ser empregado para a lavratura do flagrante de crime militar, em face da especialidade do direito processual penal militar.
- D. () A detenção do indiciado prevista no art. 18 do CPPM, que ocorre no curso das investigações do IPM em que se apura crime propriamente militar, deve ser determinada pela Autoridade Delegante, quando requerida pela Autoridade Delegada (Encarregado do IPM), observados os seus pressupostos de admissibilidade previstos no art. 254 e 255 do mesmo caderno processual penal militar.

18ª QUESTÃO - De acordo com a parte geral do Código Penal Militar (Decreto Lei n. 1.001/69) e nos termos do art. 9º (são considerados crimes militares no tempo de paz...), analise as assertivas abaixo:

- I - O homicídio culposo contra militar praticado por militar, fora do horário de serviço, será considerado crime comum.
- II - O militar da reserva remunerada, nos termos da lei penal militar, independente de sua situação perante a administração militar, sempre estará em situação de atividade, quando se envolver em delito de natureza penal militar contra militar da ativa.
- III - O homicídio doloso contra civil praticado por militar do Corpo de Bombeiros, em local sujeito à administração militar, em situação de atividade, a competência de julgamento será da justiça militar.
- IV - O militar da PMMG, estando de folga e à paisana, ao atuar em razão de sua função em uma ocorrência policial, se acaso venha a cometer um crime de lesão corporal, este será de competência da justiça comum.

São INCORRETAS as assertivas:

- A. () I, III e IV, apenas.
- B. () Todas estão incorretas.
- C. () I e III, apenas.
- D. () I e IV, apenas.

19ª QUESTÃO - Em relação à aplicação da lei penal, conforme disposto no Decreto-lei 1001/69 (Código Penal Militar), marque a alternativa CORRETA:

- A. () Não obstante o Código Penal Militar adotar o princípio de territorialidade para a aplicação da lei penal militar, caso o militar cometa um delito de natureza militar nas condições definidas no art. 9º em missão fora do país, será aplicada a lei penal militar, por força do princípio da extraterritorialidade.
- B. () O militar da reserva empregado na livreria dentro do quartel, sendo esta terceirizada pela administração militar, equipara-se a militar em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.
- C. () As medidas de segurança regem-se pela lei vigente ao tempo da execução, prevalecendo, entretanto, se diversa, a lei vigente ao tempo da sentença.
- D. () Não será aplicada a lei excepcional ou temporária, ao fato praticado durante sua vigência, quando decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.

20ª QUESTÃO - Assinale a alternativa que NÃO se refere aos postulados da garantia da ampla defesa prevista na Resolução Conjunta 4.220/12 (MAPPA):

- A. () A franquia aos locais de onde ocorrem os trabalhos apuratórios junto ao processo disciplinar, a fim de poder, o acusado, inquirir, reinquirir e contraditar testemunhas.
- B. () O direito de interpor recurso disciplinar – na seara administrativa, está alicerçado na garantia da ampla defesa, como uma de suas decorrências.
- C. () A possibilidade de ter, o acusado, vista sobre os pedidos de exames periciais formalizados pelo encarregado ou pela Comissão Processante, podendo, no interesse de sua defesa, acrescentar quesitos.
- D. () Faculdade de manifestar o ponto de vista ou argumentos próprios, diante de fatos, documentos ou pontos de vista apresentados por outrem.

21ª QUESTÃO - Em relação à Disponibilidade Cautelar, prevista na Lei Estadual nº 14.310, de 19/06/2002 e regulamentada na ICCPM/BM nº 01/14, marque a alternativa CORRETA:

- A. () A Disponibilidade Cautelar terá o local de cumprimento determinado pelo Corregedor da Polícia Militar, possuindo caráter sancionatório.
- B. () O militar em Disponibilidade Cautelar terá o tempo de serviço do afastamento descontado na contagem de tempo para a transferência para a inatividade.
- C. () Para declaração da Disponibilidade Cautelar, é imprescindível a existência de provas da conduta irregular, indícios suficientes para a responsabilização do militar e a instauração de processo ou procedimento apuratório.
- D. () O militar em disponibilidade não poderá cumprir a escala de serviço interna observando-se as regras estabelecidas nas normas para que permaneça no interior do quartel, durante a vigência da medida.

22ª QUESTÃO – De acordo com o Manual Técnico-Profissional nº 3.04.05/2013-CG que regula a Prática Policial Militar de Escoltas Policiais e Conduções Diversas na PMMG, é INCORRETO afirmar que:

- A. () Poderá a Polícia Militar, mediante autorização ou ordem do escalão competente, atender às solicitações para a execução de escolta de artistas, nos casos de risco à integridade física destas pessoas.
- B. () Compete à PM3, ao CPE e à RPM do respectivo local, o planejamento de escoltas ordinárias de torcidas organizadas.
- C. () O itinerário a ser utilizado pela escolta será escolhido, dentre os planejados, momentos antes de sua execução.
- D. () Em escoltas mais complexas e de maior risco, as comunicações devem ser feitas a cada 30 minutos, informando sobre o desenvolvimento da atividade, estabelecendo, inclusive, códigos para informar as condições de segurança de todos os envolvidos na operação.

23ª QUESTÃO – De acordo com o Manual Técnico-Profissional nº 3.04.01/2013-CG que regula a Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso de Força na PMMG, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Considera-se abordagem qualquer contato do policial militar com as pessoas, decorrente da atividade profissional.
- B. () Levando-se em conta as mais diversas situações de emprego tático, o cão policial, devidamente treinado e conduzido, é considerado, pela PMMG, um recurso equiparado a um instrumento de menor potencial ofensivo.
- C. () Durante a abordagem, o policial militar deve explicar os motivos da intervenção e o comportamento que se espera do abordado.
- D. () A ação em que o policial militar fixa seu olhar e sua atenção em apenas um ponto, perdendo a capacidade de percepção do que se encontra à sua volta é denominada ação concentrada.

24ª QUESTÃO – De acordo com o Manual Técnico-Profissional nº 3.04.01/2013-CG que regula a Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso de Força na PMMG, marque a alternativa CORRETA:

- A. () A comunicação mal trabalhada na abordagem policial pode ensejar o emprego de níveis de força superiores, dificultando o desenrolar das intervenções policiais.
- B. () Ao estabelecer o contato inicial com o abordado, o policial militar deverá estar a uma distância segura para criar um vínculo verbal e de confiança, explicando o que será realizado e efetuando a aproximação concomitantemente.
- C. () O policial militar deve iniciar a comunicação sabendo que os elementos de empatia, na maioria das vezes, estarão ausentes. Por isso, deve aumentar sua preocupação com os aspectos verbais, de forma a garantir que suas mensagens sejam claras e precisamente transmitidas.
- D. () O policial militar poderá usar a força no exercício das suas atividades. Para tanto, torna-se necessário que ele ou outrem seja atacado primeiro.

25ª QUESTÃO – De acordo com o Manual Técnico-Profissional nº 3.04.01/2013-CG que regula a Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso de Força na PMMG, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Justifica-se o disparo de arma de fogo contra um agressor considerado “delinquente perigoso” em seu histórico criminal.
- B. () Considera-se uso dissuasivo de armas de fogo as opções de posicionamento que o policial militar poderá adotar com sua arma, para criar um efeito que remova qualquer intenção indevida do abordado e, ao mesmo tempo, estar em condições de dar uma resposta rápida, caso necessário, sem, contudo, dispará-la.
- C. () Para garantir a própria integridade e de terceiros é vedado aos policiais militares efetuarem disparos, em qualquer situação, contra veículos que desrespeitem bloqueio de via pública.
- D. () Considerando que o disparo de advertência é um procedimento que objetiva interromper, de imediato, uma agressão contra a vida do policial militar ou de terceiros, deverá ser utilizado com moderação na PMMG.

26ª QUESTÃO – De acordo com o Manual Técnico-Profissional nº 3.04.02/2013-CG que regula a Tática Policial, Abordagem a Pessoas e Tratamento às Vítimas na PMMG, relacione a segunda coluna de acordo com a primeira.

- | | |
|--------------------------|--|
| 1 - Postura de Prontidão | () É empregada nas intervenções em que o abordado apresentar comportamento cooperativo e não estiver aparentemente portando armas. |
| 2 - Postura Aberta | () Esta postura deverá ser utilizada nas intervenções em que o abordado não estiver aparentemente portando armas e apresentar comportamento de resistência passiva. |
| 3 - Postura Defensiva | () Postura empregada em situações que o abordado aparentemente desarmado apresenta comportamento de resistência passiva continuada. |

Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA:

- A. () 3, 1, 2.
- B. () 2, 1, 3.
- C. () 1, 2, 3.
- D. () 2, 3, 1.

27ª QUESTÃO – De acordo com o Manual Técnico-Profissional nº 3.04.02/2013-CG que regula a Tática Policial, Abordagem a Pessoas e Tratamento às Vítimas na PMMG, considere as proposições abaixo – se falsas ou verdadeiras e, abaixo, assinale a correspondência CORRETA:

- () O policial militar deve definir se a algemação será pela frente ou pelas costas, de acordo com o comportamento do algemado e suas condições de saúde. Obesos, grávidas, pessoas adoentadas e de constituição mais fraca poderão ser algemados pela frente sem expor a guarnição a perigo.
- () A fundada suspeita constitui requisito essencial e indispensável para a realização da busca pessoal.
- () Numa abordagem indica-se a utilização da posição de contenção 3 – abordado de joelhos, para os casos em que o abordado apresente potencial perigo para a equipe policial.
- () É entendimento do Supremo Tribunal Federal que, se houver necessidade, o uso de algemas poderá ser feito em autoridades, independente do cargo/função /posição social do preso, como por exemplo, os ministros de Estado.

- A. () F, V, V, F.
- B. () F, F, F, V.
- C. () V, V, F, V.
- D. () V, F, V, F.

28ª QUESTÃO – De acordo com o Manual Técnico-Profissional nº 3.04.03/2013-CG que regula a Prática de Blitz Policial na PMMG, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Com a finalidade de manter a postura mais técnica quanto ao emprego de armas e evitar a exposição desnecessária durante a operação, apenas o PM Segurança deverá empunhar o armamento portátil, ou de porte, de forma ostensiva.
- B. () As ordens emanadas por meio das sinalizações feitas pelos policiais militares prevalecem sobre as regras de circulação e sobre as normas definidas por outros sinais de trânsito.
- C. () O PM Segurança da blitz poderá estar equipado com uma arma portátil, dotada de bandoleira, tendo como benefício da utilização desse armamento, o seu aspecto de impacto psicológico, inibindo uma possível reação.
- D. () Durante a busca veicular, o condutor do veículo e passageiros devem manter-se ao lado do militar que estiver procedendo a busca, a fim de acompanhar o que está sendo vistoriado e ficar demonstrada a transparência da atuação Policial Militar.

29ª QUESTÃO – De acordo com o Manual Técnico-Profissional nº 3.04.04/2013-CG que regula a Prática Policial de Abordagem a Veículos na PMMG, é CORRETO afirmar:

- A. () Para a realização de ações e operações de fiscalização de documentos e equipamentos obrigatórios, o estado de prontidão recomendado é de Atenção (amarelo).
- B. () Área de Risco é o espaço que corresponde a uma faixa de aproximadamente 75 cm de largura, que se inicia na altura do para-choque traseiro (lado esquerdo ou direito) do veículo abordado e termina antes do raio de abertura da porta do motorista ou das portas traseiras quando houver passageiros nos bancos de trás.
- C. () Setor de Busca é o espaço definido pelos policiais militares, dentro da área de contenção, para onde os abordados serão encaminhados enquanto aguardam consultas de dados, dos demais ocupantes do veículo, vistorias, entre outros.
- D. () Nos veículos utilizados como moradia pelo proprietário/conductor a vistoria veicular depende da necessidade de mandado judicial.

30ª QUESTÃO – O Manual Técnico-Profissional nº 3.04.04/2013-CG que regula a Prática Policial de Abordagem a Veículos na PMMG, divide as marcas e modelos de motocicletas em quatro grupos. De acordo com os modelos de motocicletas, estudados no mencionado manual, existe correlação entre as motos, suas características e sua utilização para a prática de crimes. Relacione a segunda coluna de acordo com a primeira.

- | | |
|-----------------------|---|
| 1 - Motos de rua | () Possuem boa potência e grande versatilidade para transpor obstáculos, canteiros de avenidas, meio-fios, lombadas, sendo utilizadas por infratores para a prática de crimes, principalmente na área rural ou que utilizem como rota de fuga via rural. |
| 2 - Motos de trilha | () São utilizadas em estradas para viagens de grandes percursos e são preferidas por um público mais tradicional. Esses modelos não são comumente utilizados para a prática de crimes. |
| 3 - Motos tipo Custom | () Os modelos com potência de 125cc a 150cc e 250cc a 500cc são utilizados, respectivamente, para o tráfico de drogas e bastante visados por autores de furto devido à aceitação no mercado. |
| 4 - Motos esportivas | () São motos típicas de via pavimentada e não teriam boa estabilidade em estradas. Esses modelos não são comumente utilizados para a prática de crimes, bem como não são veículos visados para furtos e roubos. |

Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA:

- A. () 2, 3, 1, 4.
- B. () 4, 1, 3, 2.
- C. () 1, 2, 3, 4.
- D. () 3, 4, 1, 2.

31ª QUESTÃO – De acordo com o Manual Técnico-Profissional nº 3.02.03/2011-CG que define a estratégia e o processo de gestão do programa Polícia Para a Cidadania e a Prestação do Serviço “Polícia e Família”, marque a alternativa CORRETA:

- A. () A prevenção ao medo do crime e da desordem pública possui uma dimensão mediata, que diz respeito ao emprego do policiamento, e uma dimensão imediata, que se concretiza em ações de atuação em rede.
- B. () A transversalidade, como aspecto da prevenção ativa no serviço Polícia e Família, significa o propósito e a obrigação de não deixar a família sem uma solução para sua dificuldade, ainda que essa solução esteja em outros âmbitos de serviços do Estado.
- C. () Cabe ao comandante da UEOp propor a inclusão de famílias no Programa Polícia para a Cidadania.
- D. () Um dos critérios para a escolha dos locais de implantação do serviço Polícia e Família deverá recair naquelas comunidades que, num período máximo de 24 meses, possuírem crescente incidência de crime de menor potencial ofensivo.

32ª QUESTÃO – De acordo com a Diretriz nº 3.02.02/09-CG, de 09/11/2009, que estabelece diretrizes gerais para as atividades de coordenação e controle a serem realizadas no âmbito da Polícia Militar, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () As supervisões das UDI da atividade-meio ou supervisão técnica podem ser inopinadas ou programadas, mas ambas devem ser autorizadas pelo nível estratégico.
- B. () As supervisões itinerantes das UDI da atividade fim deverão ser realizadas continuamente por integrantes do respectivo Estado Maior nas Companhias e frações de policiamento, independente de previsão de supervisão da UDI na sede da Unidade.
- C. () Poderá ser realizada visita/supervisão a Unidade no nível operacional por Chefes de Seção do EMPM sem a necessidade de contato prévio com o Comando supervisionado, por se tratar de seção do nível estratégico da PMMG.
- D. () A Supervisão Indireta será realizada, pelas Unidades de Direção Intermediária, 01 (uma) vez por mês, em cada Unidade subordinada, a nível de Batalhão e Cia Ind.

33ª QUESTÃO – De acordo com a Diretriz nº 3.02.02/09-CG, de 09/11/2009, que estabelece diretrizes gerais para as atividades de coordenação e controle a serem realizadas no âmbito da Polícia Militar, marque a correlação entre as reuniões e suas especificidades.

- 1 - Reuniões para Acordo () Trata-se de atividade executada de forma integrada de Resultados com os Órgãos do Sistema de Defesa Social e objetiva o diagnóstico científico da criminalidade, compartilhamento de informações e resolução de problemas com base na responsabilidade territorial.

- 2 - Reunião preparatória () de ACISP e AISP Desenvolvida no âmbito de um mesmo sistema hierárquico, visando a analisar e discutir problemas de cunho operacional e/ou administrativo, a corrigir desvios, a repassar ordens comuns e específicas e a promover a integração dos comandos subordinados.
- 3 - Reunião de Avaliação () do IGESP (ACISP e AISP) Constitui-se em evento bimestral realizado entre o Comando-Geral, Chefe do EMPM e respectivos Comandantes regionais, com o objetivo de avaliar o desempenho operacional da PMMG e deliberar sobre metas para formulação do acordo de resultados anual.
- 4 - Reunião de Avaliação () – PMMG Trata-se de atividade periódica, desenvolvida pelas UEOP, Comandantes de Cia ou Pelotão, com a finalidade de coordenar os recursos empregados e as estratégias de intervenção, bem como o intercâmbio de informações, com vistas a garantir o cumprimento das metas de desempenho.

Marque a alternativa CORRETA:

- A. () 3, 1, 4, 2.
 B. () 1, 3, 2, 4.
 C. () 2, 4, 3, 1.
 D. () 3, 4, 1, 2.

34ª QUESTÃO – De acordo com o Manual Técnico-Profissional nº 3.04.04/2013-CG que regula a Prática Policial de Abordagem a Veículos na PMMG, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Nos procedimentos táticos para abordagem a motocicletas, o passageiro será o primeiro conduzido ao setor de busca, devendo, antes de sair da motocicleta, retirar o capacete e entregá-lo ao militar para averiguação em seu interior.
- B. () Nas abordagens a ônibus/micro-ônibus, com roleta, o PM Revistador, por estar posicionado atrás dos passageiros fará, num único ato, a inspeção visual para a identificação de indivíduos em atitude suspeita, a busca ligeira e a vistoria de bagagem, sem a necessidade de caminhar até a roleta.
- C. () As abordagens a ônibus/micro-ônibus, por suas características físicas e capacidade de transporte de elevado número de passageiros, exigem o emprego de efetivo mínimo de cinco policiais militares.
- D. () Se, porventura, ocorrer evasão de veículo/pessoa em atitude suspeita de ponto de cerco/bloqueio ou, se houver informação do envolvimento de outros veículos na ação delitiva, os policiais militares atuarão oscilando entre os estados de atenção e alerta, durante o rastreamento.

35ª QUESTÃO – De acordo com a Diretriz nº 3.01.03/2010-CG que regula a atuação da PMMG na prevenção da demanda e da oferta de drogas, marque a alternativa que NÃO corresponde ao rol das estratégias para a prevenção da oferta.

- A. () Fomentar o uso do Disque-Denúncia Unificado.
- B. () Promover a redução de danos.
- C. () Desenvolver esforços integrados de Defesa Social.
- D. () Potencializar as ações básicas de controle do evento.

36ª QUESTÃO – De acordo com a Diretriz nº 3.01.03/2010-CG que regula a atuação da PMMG na prevenção da demanda e da oferta de drogas, marque a alternativa CORRETA:

- A. () O Currículo para Pais do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) prevê cinco lições/encontros, direcionado a pais e responsáveis pela orientação preventiva, especificamente de alunos matriculados no Proerd, sob a duração de 02 horas de aula.
- B. () No modelo de atividade policial em que as ações são baseadas em Inteligência de Segurança Pública, a gestão policial tem como principal tarefa a deflagração reativa ao fenômeno delitivo.
- C. () O Sistema Estadual de Políticas sobre Drogas é composto pelos seguintes órgãos: Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiro Militar, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Governo, Secretaria de Estado de Saúde, Subsecretaria de Políticas Antidrogas e Secretaria de Estado de Defesa Social, sendo este último o órgão central.
- D. () A reação policial qualificada é indicada para qualquer ambiente, especialmente àqueles considerados de risco pela incidência de tráfico e/ou crimes conexos e é recomendável no desencadeamento de ações ou operações em áreas previamente delimitadas pelo planejamento operacional.

37ª QUESTÃO – Nos termos da Diretriz nº 3.01.02/2011-CG que regula o Emprego da Polícia Militar de Minas Gerais nas Ocupações de Imóveis Urbanos e Rurais, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Havendo fatores adversos, o Comandante da Unidade responsável pelo planejamento e execução da operação policial deve solicitar inspeção judicial, após a inspeção do local, sendo constatada a presença de fatores adversos, comunicará, por escrito, à autoridade judicial competente, a situação encontrada, solicitando ao magistrado a realização de inspeção judicial no local.
- B. () Legalidade, disciplina tática, treinamento e ação de resposta constituem os pressupostos para emprego da PMMG nas ocupações de imóveis urbanos e rurais.

- C. () Na PMMG, a decisão sobre a execução de ações/operações de cumprimento de mandado judicial de reintegração de posse está centralizada no Estado-Maior.
- D. () A hipótese do não comparecimento de representante de qualquer dos órgãos e autoridades envolvidas na solução do conflito não é fator impeditivo para o prosseguimento das atividades previstas, exceção feita aos representantes locais do Poder Judiciário.

38ª QUESTÃO – De acordo com a Instrução nº 3.03.07/2010-CG, que regula a atuação da Base Comunitária (BC) e da base Comunitária Móvel (BCM) na PMMG, é CORRETO afirmar:

- A. () O pedido de desativação de BC será fundamentado pelo Comandante da Subárea, que o juntará ao Estudo de Situação e o encaminhará ao Comandante da UEOp que concordará ou não com o pedido, justificando sua deliberação, cabendo a decisão final ao Comandante da RPM.
- B. () A guarnição da BC terá no mínimo 4(quatro) policiais militares por turno de serviço, observado o território, a densidade populacional e a incidência criminal.
- C. () A área de atuação em que BC e BCM desenvolverão seus serviços deve ser bem definida, em virtude do problema apresentado pela comunidade, preferencialmente de forma a não extrapolar o território de um bairro.
- D. () Os policiais militares selecionados para atuar na BCM permanecerão na equipe no mínimo por 1 (um) ano, salvo nos casos de transferência, realização de cursos, inadaptabilidade ao serviço e afastamentos solicitados pelo Comandante da BCM, após análise do Comandante da Subárea.

39ª QUESTÃO – De acordo com a Diretriz nº 3.02.05/2014-CG que regula as ações de competência da PMMG quanto à mobilização social, estruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEP), marque a alternativa CORRETA:

- A. () Somente a função de Conselheiro Técnico poderá ser exercida por militares junto aos CONSEP.
- B. () Conselho Comunitário de Segurança Pública e Conselho Municipal de Segurança Pública possuem os mesmos objetivos, diferenciando-se pela amplitude do espaço geográfico em que atuam e pela logística.
- C. () Objetivando a otimização dos recursos humanos e logísticos, nos municípios que possuírem mais de uma sede de Cia PM em uma mesma região conurbada, deverá existir, no máximo, 01 (um) CONSEP relacionado às duas subáreas de Cia PM.
- D. () A utilização da logomarca da PMMG em conjunto com a dos CONSEP poderá ser feita, desde que avaliado o material gráfico pela DAOp e pela DCO, em campanhas educativas e de divulgação dos CONSEP, com envolvimento de militares na arrecadação de recursos financeiros junto à comunidade.

40ª QUESTÃO – De acordo com a Diretriz nº 3.01.01/2010, que regula o emprego operacional da Polícia Militar, é INCORRETO afirmar:

- A. () No que diz respeito à estrutura organizacional, os Colégios Tiradentes são considerados unidades de execução para a atividade-fim.
- B. () As policiais femininas poderão atuar até o nível de destacamento e subdestacamento PM, desde que o efetivo existente na fração seja, sob análise do comandante da UEOP, adequado ao bom desempenho das atividades nas respectivas frações.
- C. () Quanto ao processo decisório, cabe ao nível de direção intermediária apresentar decisões relacionadas ao processo de como executar as ordens emanadas pelo nível estratégico cujos reflexos são geralmente observados a médio prazo.
- D. () Compete ao CPE a seleção de militares que servirão no Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE).

Corte aqui

RASCUNHO – GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40